

Ata da 86ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em dez de dezembro de 2013, com início às quatorze horas e quarenta e três minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Irineu Zotti e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. Este por sua vez, solicitou ao segundo secretário que assim procedesse, ao que ele prontamente aquiesceu. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Ofício nº 205/2013 do gabinete do vereador Pedro Martendal, informando ausência na sessão a ser realizada nesta data. Emenda 1 ao Projeto de Lei nº 218/2013. Projeto de Lei nº 228/2013. Projeto de Lei nº 229/2013. Projeto de Lei nº 230/2013. Projeto de Lei nº 231/2013. Ofício nº 562/2013 do Executivo pedindo urgência na deliberação do Projeto de Lei Complementar nº 7/2013. Ofício nº 553/2013 do Executivo, pedindo urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 222/2013. Ofício nº 552/2013 do Executivo, solicitando urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 223/2013. Ofício nº 554/2013 do Executivo solicitando urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 224/2013. Projeto de Lei Complementar nº 7/2013. Projeto de Resolução nº 20 de 2013. Projeto de Resolução nº 21 de 2013. Requerimentos nº 369 à 385/2013. Indicações nº 1510 à 1592/2013. Ofício nº 568/2013 solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 226/2013. Ofício nº 3 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, referente devolução de proposição. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Gugu Bueno, João Paulo, Paulo Porto, Rui Capelão, Luiz Frare, Paulo Bebber e Marcio Pacheco. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, quando o vereador Paulo Porto solicitou a inversão de pauta, para apreciação do Projeto de Lei nº 191/2013, haja vista a presença de familiares e amigos do homenageado. O vereador Gugu Bueno, na condição de líder da base solicitou a votação em bloco dos requerimentos nº 373, 374, 376, 377, 381, 383 e 384. O vereador Jorge Menegatti solicitou destaque para o Requerimento nº 384, ao que o Presidente aquiesceu. Na continuidade, o vereador João Paulo apresentou voto de louvor a Gazeta do Paraná, inaugurada em 1991 e que alcança 192 municípios do Paraná, na atualidade. Destacou tratar-se de feito louvável para um jornal do interior. Parabenizou também, a CGN que completou recentemente sete anos, e a despeito da breve existência já recebeu vários prêmios; ao tempo em que se notabilizou por levar a notícia em tempo real. Frisou que a homenagem de iniciativa sua e do vereador Irineu Zotti, contou com o apoio dos demais vereadores desta Casa. Em aparte, o vereador Paulo Bebber aproveitou para parabenizar e reconhecer a justeza da homenagem prestada. Em uso da palavra, o senhor Guilherme Formigheri, na condição de diretor da CGN apresentou os índices elevados de audiência alcançados; destacando também, os avanços tecnológicos do Jornal Gazeta do Povo, permitindo alcançar diversos municípios deste Estado, quando expressou a sua gratidão pelo reconhecimento expresso. **ORDEM DO DIA** O Presidente consultou o plenário sobre a possibilidade de inversão da pauta, em atendimento a solicitação do vereador Paulo Porto para deliberar

por primeiro o Projeto de Lei nº 191/2013, a qual foi deferida pela totalidade de vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação nominal o Projeto de Lei nº 191/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes, sendo favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Irineu Zotti e Walmir Severgnini. Em discussão e votação as atas da 83ª e 84ª sessões ordinárias realizadas nos dias 02 e 03 de dezembro de 2013, as mesmas foram aprovadas pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão e votação o ofício do gabinete do prefeito municipal sob nº 553/2013, com pedido de urgência do Projeto de Lei nº 222/2013, o mesmo foi aprovado pela totalidade dos vereadores presente. Em discussão e votação o ofício do gabinete do prefeito municipal sob nº 552/2013, com pedido de urgência para o Projeto de Lei nº 223/2013, o pedido de urgência foi acolhido pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão o ofício do gabinete do prefeito municipal sob nº 554/2013, com pedido de urgência para o Projeto de Lei nº 224/2013, usou da palavra o vereador Jorge Menegatti para afirmar que considerava o mesmo muito complexo para ser analisado em tão exíguo lapso temporal e arguiu sobre o prazo. O presidente esclareceu que o pedido de urgência garantia a deliberação nos próximos 30 dias, de sorte que seria objeto de apreciação em fevereiro, em razão do recesso. Com a palavra o vereador Rui Capelão questionou não apenas este, mas os outros três pedidos de urgência solicitados e; lembrou ser impossível a deliberação para o ano em curso. Em uso da palavra, o vereador Nei Haveroth lembrou a audiência pública para tratar sobre a política municipal de saneamento básico e frisou a importância de deliberá-lo ainda este ano. Explicou que o mesmo era a consolidação do tratamento de água e esgoto para a cidade de Cascavel, área rural e distritos, explicando que se tratava de tema bem simples. Em aparte, o vereador João Paulo esclareceu que o mesmo atendia aos interesses da cidade de Cascavel, mencionando reunião com o gerente regional da Sanepar, ao tempo que esclareceu que se não houvesse agilidade na sua apreciação, o município perderia os recursos destinados para este fim. Em uso da palavra, o vereador Gugu Bueno reforçou o pedido de urgência. Afirmou que o município foi contemplado com verba de 170 milhões de reais o que permitiria alcançar 91% da população com água tratada e; apelou para o apoio das Comissões e desta Casa. Em aparte, o vereador Nei Haveroth pontuou que o referido projeto dizia respeito ao plano de saneamento para Cascavel para os próximos 20 anos, tendo sido discutido com as associações de moradores dos bairros, bem como, áreas rurais e distritos. Frisou que não se tratava de financiamento, mas o que se almejava para o município de Cascavel pelos próximos 20 anos. Em aparte, o vereador Fernando Winter reiterou que o projeto era em benefício de Cascavel, nada obstando que fosse apreciado em espaço temporal mais breve, encarecendo sua deliberação já na próxima semana. O Presidente reconheceu a importância de deliberar este projeto no ano em curso, mas reforçou o contra senso dos reiterados pedidos de urgência. Acrescentou que o mesmo seria submetido à apreciação não em razão do pedido de urgência, mas pelo senso de responsabilidade dos integrantes desta Casa de Leis. Destacou a falta de diálogo e a banalização dos pedidos de urgência. Em uso da palavra, o vereador Jorge Bocasanta pontuou que causava estranheza um projeto de 170 milhões de reais viesse de forma sorrateira para aprovação. Lembrou que os pedidos de urgência abrem espaço para fraude, assim

como, para obras mal acabadas; acrescentando a importância de passar este país a limpo. Em aparte, o vereador João Paulo informou sobre reuniões itinerantes para discutir o tema, assim como, os recursos previstos para a alocação e áreas respectivas; com a participação de diversos vereadores desta Casa. Em aparte, o vereador Paulo Bebber destacou a importância de auxiliar as comunidades que mais precisam, lembrando que em alguma delas foram perfurados até três postos sem que fosse encontrada água. Em aparte, o vereador Jorge Menegatti destacou o dispêndio de tempo que é ficar discutindo algo que o senso de responsabilidade por si só, já obriga a apreciação. Em votação o Ofício nº 554/2013 do executivo municipal pedindo urgência na deliberação do Projeto de Lei nº 224/2013, foi aprovado pela totalidade dos vereadores presente. O senhor presidente consultou o plenário acerca da possibilidade de retirada dos ofícios nº 556 e nº 557/2013 do gabinete do executivo municipal, relativo aos pedidos de urgência para deliberação dos Projetos de Lei nº 225/2013 e Projeto de Lei nº 226/2013, haja vista pedido de arquivamento efetuado pelo próprio prefeito. Em votação, foram aprovadas pela totalidade dos vereadores presentes as retiradas dos ofícios nº 556/2013 e 557/2013. Em discussão o ofício nº 562/2013 do executivo municipal solicitando urgência na deliberação do Projeto de Lei Complementar nº 7/2013, usou da palavra o vereador Rui Capelão. O vereador Rui salientou não ser contrário ao pedido de urgência, contudo lembrou que a urgência na votação não deve ocorrer em casos específicos, já que em se tratando de tributo o tema é sempre delicado. O presidente corroborou ao entendimento do vereador Rui Capelão, destacando a importância de um debate maior sobre a questão. Em votação nominal o ofício nº 562/2013 solicitando urgência na deliberação do Projeto de Lei Complementar nº 7/2013, foi aprovado por 15 votos favoráveis e 04 contrários. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Romulo Quintino, e Walmir Severgnini. E contrários: Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Rui Capelão e Irineu Zotti. Protestando por questão de ordem, o vereador Paulo Bebber apontou o número excessivo de indicações e a necessidade de limitar a quantidade. O Presidente concordou com as ponderações do vereador Paulo Bebber e também, já apontadas pelo vereador Gugu Bueno afirmando estar em processo de encaminhamento um projeto de resolução restringindo o número de indicações, requerimentos e títulos de cidadão honorários; ao exemplo de legislaturas anteriores. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 6/2013 o mesmo foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 97/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2013 o mesmo foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. O Presidente consultou o plenário acerca de consenso na aprovação dos requerimentos nº 369, nº 370, nº 371, nº 375, nº 379, nº 380 e nº 385/2013 e em havendo, os mesmos foram aprovados em bloco. Em discussão o requerimento nº 384/2013, usou da palavra o proponente. - O vereador Jorge Menegatti: este requerimento, senhor presidente é só para verificar a questão dos pontos de ônibus que temos na cidade, que nós levantamos que tem muitos pontos em estado precário: cheio de buracos, mal conservados. Então, este requerimento visa buscar informações para ver a responsabilidade, quem cuida disto e quem não cuida, porque que está abandonado, somente para isto, só pra um levantamento e uma, um trabalho normal do

vereador que é fiscalizar, por isto deste requerimento. Obrigado, senhor Presidente, peço voto favorável aos nobres pares aí, para que possa passar este requerimento e a gente possa realmente fazer o nosso trabalho que é de vereador. Obrigado. – Presidente: Senhores em votação o requerimento 384 de 2013 (votação nominal) de autoria do vereador Jorge Menegatti do PSC que requer informações da Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito, CETTRANS, sobre os pontos de ônibus no município de Cascavel, por votação nominal; proceda senhor secretário: - Vereador Cabral (contra), Claudio Gaitero (contrário), Fernando Winter (contra), Gugu Bueno (contra), Jaime Vasatta (contra), Ganso Sem Limites (contra), João Paulo (a favor), Jorge Bocasanta (a favor), Jorge Menegatti (contrário), Robertinho Magalhães (contrário), Luiz Frare (contrário), Nei Haveroth (contrário), Paulo Bebber (contra), Paulo Porto (favorável), Marcos Rios (contra), Pedro Martendal, Romulo Quintino (contra), Rui Capelão (a favor), Irineu Zotti (a favor) e Walmir Severgnini (contrário). Secretário: Com 13 votos contrários, senhor presidente e 06 favoráveis, requerimento rejeitado. – Presidente: Com 13 votos contrários e 06 votos favoráveis está rejeitado o requerimento 384/2013. O senhor Gugu Bueno solicitou deliberação de um bloco de requerimentos e qual que é o pensamento, senhor vereador Gugu Bueno? – Vereador Gugu Bueno: Eu quero encaminhar pedido de voto contrário a estes requerimentos até para que nós restabeleçamos nesta Casa uma verdade que costumeiramente alguns tentam modificá-la na realidade. Quem acompanha os trabalhos desta Casa do dia-a-dia, sabe que se tem algo que podemos dizer e que caracteriza esta Casa são os debates, a impresivibilidade das votações. Tivemos aqui, só para citar como exemplo, diversos e diversos vetos do prefeito municipal e que foram derrubados por esta Casa. E que não seria possível derrubá-los, evidentemente, sem a votação da maioria dos vereadores que tem a responsabilidade de sustentação ao governo municipal nesta Casa. Temos diversos projetos, onde temos uma votação muito diversificada, sem identificar base ou oposição. Mas, mesmo assim, sendo esta a nossa realidade, o vereador Paulo Porto, mesmo, nunca sabe ao certo quando que teremos debates, quando que não teremos debate algum, qual será o resultado da votação; ele sempre diz isto muito claro e publicamente. Mas, mesmo assim, quando surge qualquer tipo de discussão nesta Casa alguns vereadores tendem e buscam estabelecer uma realidade que não existe. – Presidente: Senhor vereador, só por uma questão de ordem. Não estão em discussão ainda os requerimentos. Gostaria de saber só qual é o tipo de encaminhamento que o senhor pretende dar; e aí nós vamos abrir para a discussão, naturalmente. – Vereador Gugu Bueno: Desculpa, senhor Presidente. Eu encaminho voto contrário a estes requerimentos, senhor presidente. – Vereador Paulo Porto: Peço a palavra, senhor presidente. - Presidente: Só um segundo. Só quero consultar os vereadores da base se há consenso neste momento, ainda antes das votações, em voto contrário a todos os requerimentos. Se houver poderemos votar em bloco todos os requerimentos e na sequência eu consultarei se mais algum vereador vota contra os requerimentos. Se todos os vereadores da base forem votar contrários aos requerimentos; aí eu vou abrir para discussão. Mas, já no entendimento de votação em bloco, porque se todos os requerimentos forem votados em contrário. Os vereadores da base que estão favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem; só prá gente saber. Bom! Como todos os vereadores da base declaram então, que votarão contrários aos requerimentos eu vou colocar a deliberação de todos eles em bloco e no final consultarei se mais algum vereador também, pretende votar contrário aos requerimentos

que votaremos todos em bloco. Senhores, vou ler agora, todos os requerimentos então...(pois não, vereador) - Vereador Jorge Bocasanta: Eu queria defender o meu requerimento nº 383, que talvez seja o mais importante requerimento. – Presidente: Eu vou abrir a palavra para todos os vereadores. E cada um terá a oportunidade de fazer a defesa do seu requerimento. Só que aí para deliberação no final em conjunto, já que há este consenso de deliberação em contrário, por parte da maioria dos vereadores que, são da base aliada. Senhores, só para... (pois, não). – Vereador Nei: Eu gostaria de ver, se caso o senhor me autoriza e tendo em vista o adiantado da hora, abrir para discussão dos requerimentos eu estou atrasado no meu compromisso. Se for possível à liberação da minha presença. – Presidente: Tá! Eu só quero consultar então, o seu voto será contrário a estes requerimentos, o senhor já tem conhecimento dos mesmos e votará contrário? – Vereador Nei: Sou contrário. – Presidente: Então, ficará, fica registrado já o voto contrário do vereador Nei Haveroth para todos os requerimentos que serão deliberados neste momento. E eu autorizo a sua saída. Já tinha comentado comigo que é uma situação de urgência e necessária a sua retirada. – Vereador Nei: Obrigado. – Presidente: Senhores requerimentos 373/2013 é de autoria do vereador Paulo Porto, requer informações referente ao cumprimento da Lei Municipal nº 5.893/2011 que obriga o município a dispor de um guarda patrimonial em cada unidade escolar no município de Cascavel. O requerimento 374/2013 é de autoria do vereador Jorge Menegatti, requer informações sobre a instalação de MUPIS – Mobiliários Urbanos para informação no município de Cascavel. O requerimento 376/2013 é de autoria do vereador Paulo Porto e requer a convocação do Secretário de Planejamento e Urbanismo, Sr. Alessandro Honore Beraldi Lopes, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto nº 217/2013. O requerimento 377/2013 de autoria do vereador Paulo Porto, requer cópia de todos os aditivos contratuais vigentes firmados pelo município com a empresa Engelétrica Ambiental, ao contrato de prestação de serviços de limpeza pública. O requerimento 381/2013 de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, requer cópia do cronograma de recuperação das estradas rurais para o ano de 2014 da Secretaria Municipal de Obras Públicas. O requerimento 383/2013 é de autoria do vereador Jorge Bocasanta, requer informações sobre os loteamentos denominados condomínios horizontais na cidade de Cascavel, na forma que especifica. Em discussão os requerimentos todos que foram lidos, cujos tempos serão de 10 minutos para os proponentes que queiram se manifestar e 05 minutos para os demais vereadores que queiram também se manifestar, em discussão. – Vereador Paulo Porto: Peço a palavra para defender os requerimentos um por um. É dez minutos para todos os requerimentos?- Presidente: Consegue? Vereador. Vereador Paulo Porto: Não sei. Talvez eu use mais tempo. - Presidente: Tente concluir em 10 minutos, senão avaliaremos no final como está o seu discurso. – Vereador Paulo Porto: Vamos ver. – Presidente: Com a palavra o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Boa tarde a todos, boa tarde a mesa diretora, boa tarde aos nobres vereadores, boa tarde ao plenário. Vamos lá, um por um! Primeiro, novamente deixar claro que, eu acho um absurdo vetar requerimentos; ainda mais pedido de informações; porque eu já sei que teremos votos contrários e hoje a base já se manifestou. Até porque, eu tenho falado nesta Casa que, não só nesta Casa, eu tenho feito um exercício pedagógico junto à população de Cascavel, falando onde eu tenho espaço que a função do vereador entre outras é: propor leis, criar canal de diálogo junto à população e fiscalizar. Porém, para fiscalizar nós necessitamos de informações e nos estranha quando as informações nos

são negadas. Informações simples, que nós permitem fiscalizar. Então, eu tenho aqui, se não me engano 04 requerimentos meus, muito simples, nenhum requerimento que coloque em risco a violabilidade, o equilíbrio político do executivo de Cascavel. Me estranha esta blindagem que hoje aconteceu em relação ao executivo. Então, vamos discutir um por um; vou justificar porque eu estou precisando destas informações. Primeiro requerimento que, já tem um voto contrário da base explicitado, mas vou defendê-lo que é o 373. Existe uma lei municipal, aprovada por esta Casa, já há alguns anos atrás, que obriga o município a ter um guarda patrimonial em cada unidade escolar. É lei municipal! (senhor presidente, questão de ordem, eu gostaria que os vereadores que se afastaram estivessem neste plenário para o debate dos requerimentos. Até por respeito ao orador, neste instante). Obrigado, Rui Capelão. E está lei simplesmente, ela não é cumprida, ela é ignorada pelo executivo cascavelense, sob a argumentação de que já existe monitoria, existe alguma segurança nas unidades escolares. Ora, a lei não fala em monitoria, então se mude a lei. Mas, o que a lei indica é que cada unidade escolar necessita de um guarda patrimonial, devido às questões de vandalismo. E as questões de segurança dos alunos, inclusive dos docentes. Então, esta lei não vem sendo cumprida. Então, este requerimento é muito simples; é perguntando por que motivo se nega o executivo a cumprir a lei feita por esta Casa. E esta Casa simplesmente, ela não permite assim o requerimento, num claro desrespeito a esta Casa. Suas leis não são cumpridas, e a Casa simplesmente vota contra o requerimento pedindo explicações por que a lei feita nesta Casa não é cumprida. Então, me estranha esta indicação de voto contrário da base do requerimento como este. Então, ainda que exista indicação de voto contrário eu peço voto favorável aos vereadores desta Casa, deste requerimento simples, que simplesmente pergunta por que a lei não está sendo cumprida. Uma lei importante, ou seja, guardas patrimoniais nas unidades escolares. Sabemos que hoje existe um déficit de 180 / 120 guardas patrimoniais; queremos saber se serão contratados ou não. E infelizmente, parece que teremos voto contrário. Novamente esta Casa censura esta Casa; blindando o executivo. Então, peço voto favorável aos nobres vereadores. Requerimento... vamos lá! 376 este requerimento requer a convocação do Secretário de Planejamento, Alessandro a esta Casa, para nos explicar a questão do IPTU. Por quê? Também é muito simples. Quando a prefeitura indicou um aumento de 640% parcelado em 05, 06 anos, o Alessandro veio nesta Casa explicar. Agora, a prefeitura simplesmente (claro que não foi aprovada por uma questão legal), a prefeitura faz um novo projeto (que não é um projeto) que apenas faz a correção da inflação, um aumento de 9%. Eu quero entender porque que a prefeitura de 540%, 640% defendia isto, e agora defende 15. Eu quero entender o que quê mudou? É óbvio, assim como o Alessandro veio explicar e explicou de maneira competente inclusive (porque o Alessandro é competente), veio para explicar o porque do aumento de 640% , eu quero que ele venha para explicar o por quê do aumento de 9%, tirando a inflação. Que eu acho estranho! É como se tivéssemos uma infecção e aí nós fossemos ao médico, e o médico falasse para tratar desta infecção são: 30 injeções de penicilina durante 30 dias. Eu acho exagerado. Eu falo, doutor não tem como ver, ele diz: - não, não fique tranquilo, eu pensei bem e uma aspirina resolve. Este médico tá louco! Eu vou querer um segundo médico, é isto que eu quero entender! Será que o nosso médico está louco? Será que o executivo enlouqueceu? Por que mandou 640% e agora manda 15? A pergunta é: o executivo está errando quando? Antes ou Agora? Eu queria que o Alessandro me explicasse. Tenho

uma dúvida como vereador, para poder votar; e infelizmente isto também foi vetado. Não entendo! Simples pedido de informações! O Secretário vir aqui para falar o porquê do aumento de IPTU; e eu não vou nem falar se é muito ou pouco, eu quero entender! Por que mudou de 640% para 15? E parece que pros vereadores está tudo resolvido. Não sei que informações que eles têm que nós não temos. Eu gostaria do acesso às informações e por isto, um requerimento de convocação do Alessandro. Simples assim como ele veio explicar os 640%, eu quero que ele venha explicar o porquê dos 15%. Por que quê mudou? O executivo errou aonde? No começo ou no final? Porque que ele errou, errou!, tanto que recuou, e eu quero entender, o por quê do recuo, e parece que será vetado também, então eu peço voto favorável aos vereadores em relação a estes requerimentos para que nós possamos votar com clareza, com informações e, que estas não sejam negadas aos vereadores sejam de situação ou de oposição. O 377, este aqui é mais sério, requer cópia dos aditivos contratuais vigentes firmados pelo município de Cascavel com a empresa Engelétrica Ambiental. Novamente, pedidos de informações. Eu quero entender prá onde é que está indo o dinheiro do contribuinte no lixo. Só isto! E, novamente o executivo é blindado pela base, só isto eu entendo, até porque para poder fiscalizar necessito de informações. Creio que terei que ir ao Ministério Público e faremos para poder ter acesso à informação simples aos aditivos da Engelétrica. Eu volto dizer: contrato público tem que ter publicizado. Não pode existir caixa preta no executivo. Isto não existe! O jornalista inclusive, Djalma, da CBN fez uma brincadeira que eu tenho reforçado, brincado com ele, fala que: - tem coisas no executivo que é que nem cabeça de bacalhau; a gente sabe que existe, mas nunca viu. Eu falo: Djalma, não existe cabeça de bacalhau no executivo! Isto não existe! Tem que ser transparente! Então, eu querendo ter acesso à transparência, eu peço o aditivo. O porquê do aditivo? Eu quero entender. E parece que será negado, então peço voto aos vereadores que querem fiscalizar, voto favorável. Eh! Parece que tem mais um aqui, que é o 381, é isto? Perdão 377, não, este eu acabei de falar. São só estes? (381 também) 381 também. O 381 é muito simples também, novamente. Nós tivemos uma tragédia, uma lástima este ano que foram as estradas rurais. Nós da Educação temos ido às escolas, levar cartilhas para publicizar o contrato público e a gente tem ouvido muitas reclamações dos pais dos alunos, dos alunos, dos diretores de que as estradas rurais estão uma lástima, com relação ao transporte escolar. E é claro, não adianta eu cobrar das empresas se o ônibus não roda! O ônibus tem que ir para a estrada, e as empresas argumentam: -olha! É intransitável, e daí alguns trechos são! E este ano infelizmente, tivemos escolas que ficaram 30 dias sem ano letivo, devido.. (- me dá um aparte, nobre vereador). Dou o aparte, claro! – Vereador Jorge Menegatti: Só para contribuir um pouquinho aí, com a sua explanação. Senhor presidente, está sendo comprado 2 veículos da Câmara, né? Que bom! Tomara que ele seja um 4 por 4, só para contribuir. – Presidente: Não estão mais. Só pro senhor saber, e para que a comunidade já saiba, por responsabilidade nenhum dos 2 veículos serão comprados. Um porque não teve empresa prá um dos veículos que se enquadrava e o outro porque a única empresa que se apresentou queria cobrar 10.000 reais a mais do que o valor de mercado do carro, e nós indeferimos a compra. Então, infelizmente a Câmara continuará ao menos num primeiro momento, ainda sem veículos para o próximo ano. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado, senhor presidente. Só para contribuir Paulo Porto, que podia ser um 4 por 4. Obrigado.- Vereador Paulo Porto: Obrigado, Menegatti. Então houve uma lástima! foi lamentável as estradas rurais não foram privilegiadas. Eu entendo e discuti isto várias vezes com o

vice-prefeito, secretário de obras que inclusive, sempre nos atendeu muito bem. (porque são 4 requerimentos, muito obrigado.) E ele sempre argumenta e eu entendo o argumento, de que tem um cronograma a ser cumprido, que vem sendo cumprido; mas eu queria argumentar e deixar claro que é necessário ter um plano alternativo prioritário para as estradas rurais. Claro, que eu entendo que às vezes as pessoas acham que a cultura mais importante, é a da soja. Eu acho que a cultura mais importante é a escolar. Então, nós temos que garantir como prioridade o transporte escolar rural. Então, era um requerimento simples, inofensivo, perguntando: Senhor Secretário, Maurício Theodoro que planos o senhor tem para o ano que vem para as escolas rurais? Só isto! E parece que também, não será aprovado. Então, novamente peço voto favorável aos vereadores desta Casa, para esta informação simples; porque eu preciso dar uma resposta. Agora se for vetado, eu vou ter que dar a seguinte resposta: Senhores pais de alunos reunidos nesta escola, fiz os requerimentos os vereadores tais, tais e tais votaram contra; os senhores perguntem diretamente para a assessoria deles; porque eles não estão permitindo a comissão ter acesso as informações, via requerimento. É o que nós vamos ter que fazer nas próximas reuniões que fizemos. Fizemos 30, faremos mais no ano que vem. Porque alguém tem que ser responsabilizado porque este vereador não teve acesso a informações tão simples. (me dá um aparte, nobre vereador). Novamente eu dou o aparte. – Vereador Marcos Rios: Eu acho que vossa excelência está enganado. O requerimento da Educação não está no pedido do vereador Gugu. É o 380, então da Educação. – Vereador Paulo Porto: ah! que bom! Muito obrigado! Porque me deram o número errado aqui. Obrigado pela informação. O 380 – requer cópia do processo administrativo também, é transporte rural. Obrigado, vereador! Que bom que este foi aprovado, que era o mais inofensivo, fiquei assustado! Se o mais inofensivo não foi aprovado, fiquei preocupado! Este não é tão inofensivo, 380. Obrigado, vereador. O 380 eu peço uma cópia, porque houve depois de inúmeras denúncias da imprensa, inúmeras denúncias da imprensa. (vereador, o 380 foi aprovado.). Então eu tou confundido aqui. – Presidente: O que está em discussão é o 381. – Vereador Paulo Porto: Me informem, por favor, base. – Presidente: 381 está para ser deliberado em separado. – Vereador Paulo Porto: Era o que eu estava falando, então. Então, Marquinhos, era o que estava falando. Então voltando, e era o mais inofensivo. O outro foi aprovado. Que bom! Então, finalizando 380, 381 que é a cópia, foram tantos não aprovados que eu me perco quando é aprovado. O 381 é requer um planejamento das estradas rurais, simples. Infelizmente, parece não ser aprovado, então peço. (um aparte). Por favor, Bebber – Vereador Paulo Bebber: Eu vejo assim, a sua, a sua indignação, você e o amargo, eu aproveito aqui, já que isto é possível, venha para a base. A base vai lhe dar um respaldo que é necessário para você tirar todas e qualquer informações. Se quiser também, pode pedir informação ao nosso Gugu, que tem sido aí um grande parceiro e tem estendido muitas e muitas informações; juntamente com o Frare. Mas, o caminho é dizer: venha! Obrigado. – Vereador Paulo Porto: Muito obrigado pela sugestão, vereador Paulo Bebber. O que eu posso falar é que este vereador não muda de posição, se o executivo mudar de posição, espero que mude, se alinhe a este vereador e serei base. Vamos aguardar. Então, peço voto favorável e, assim encerro. – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Bocasanta, que também dispõe de 10 minutos para as suas considerações. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor presidente, nobres colegas, funcionários, a plateia; depois que o Paulo Porto fala aqui a gente não consegue falar mais. Tranquilo. Tranquilo no mas; então é o seguinte: pior que sim. Este requerimento

foi o negócio seguinte, foi bem fácil, um cidadão que fez(...) – Presidente: Requerimento 374 , por favor, né, verador. – Vereador Jorge Bocasanta: 374, 383 - Presidente: 383? – Vereador: Jorge Bocasanta: 383. Então...- Presidente: Exatamente, 383. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, este cidadão que fez um tal de condomínio chamado de Vinicius de Moraes, que fica ali no Country, me trouxe que lá tinha sido ocupado irregularmente as ruas pelo município de Cascavel. E me trouxe naquela oportunidade, uma .. um mapa, que era uma chácara que automaticamente virou um condomínio. Eu peguei aquele negócio lá, olhei né, vi que realmente a estrada não tinha e lá a prefeitura invadiu a sua propriedade. Só a partir daquele mapa, eu comecei a investigar todos os loteamentos de Cascavel e lá não tinha área de preservação e nem a área de utilidade pública do município. Então pedi prá prefeitura e realmente não teve. Então o que quê está acontecendo? Está acontecendo o seguinte: Que não sei quem que foi da prefeitura, vários anos, não só agora, que está liberando os condomínios sem deixar as áreas de direito da população. E eu quero ver o Fernando Winter votar contra. O Condomínio Vinicus de Moraes fica no nosso bairro lá. Anteontem estava andando a pé, cheguei lá e tive que voltar, porque eles fecharam todas as ruas. Da rua Kafka **Capra** prá lá, entendeu? A rua Voluntários da Pátria, Fernando Winter, se a tua kombe não, faltar freio, tu vai bater de frente no condomínio, entendeu? E aquele condomínio está irregular, completamente irregular. Então, eu trouxe aqui, aqui prá esta Câmara apreciar em consideração a vocês. Porque o meu destino é o Ministério Público. Porque eu quero ver onde é que está o buraco e se é mais embaixo ou mais encima, entendeu? Você sai, tem condomínios e condomínios, loteamentos e loteamentos em tudo que é canto de Cascavel. Vamos ver aonde é que está a legalidade. Porque eu tenho certeza de uma coisa: o furo é bem grande não é nem milhões talvez seja até bilhões, e quem tá se beneficiando com isto? É algum funcionário, é alguma empresa? Então, não tem como a gente deixar de investigar isto daqui. E a base vem, que base? Que base? O homem saiu sem eu contar história e já votou contra mim. Isto não existe. O Nei não pode valer o voto do Nei. Não tem valor o voto dele. Ele não pode votar antes de eu falar. Ele pode ter mudado o voto, então o Nei é um voto a menos, vamos perder de 11, entendeu? Mais eu tenho certeza, talvez que se o Fernando Winter pensar bem, lá e andar a pé junto comigo, Fernando Winter, talvez vai ser 10, entendeu Fernando Winter? Tu sabe onde eu estou falando. Então, no futuro de Cascavel, Cascavel não é uma cidade de 10 anos, 20 anos, 30, a rua vai bater no muro na Voluntários da Pátria que escolheram para binário; vai bater na parede, uma rua que é um binário. Eu quero ver o povo lá do Canadá vir para a cidade, tá entendendo? Quem teve voto no Canadá aqui? Então, não quer que a gente vá fazer as investigações. Então, eu vou dizer este alguém do Canadá que tá me ouvindo, grave o número destes que vão votar contra. Por quê? Vai ter que fazer o trajeto pela BR 467, andar 2 quilômetros a mais, porque alguém não fiscalizou o que era de direito, o que deveria fiscalizar. Saindo hoje naquela rua lá não conheço muito, porque eu moro do outro lado da cidade, mas lá prá FAG lá, se eu não me engano a Avenida Brasil bate no condomínio, termina no condomínio; então vamos fazer uma curva, uma rua sem saída, uma ponte, um viaduto? Financiado pelo Padovani, pelo deputado Padovani, vai trazer o dinheiro, tá me entendendo? Então eu vejo isto e outras coisas, minha gente, que aqui nós, do Partido dos Trabalhadores a gente não busca dar um titulozinho prá cá, um nomezinho prá lá. Não, nós vamos buscar o quê ? O macro, coisa grande, estes condomínios nós temos que fiscalizar e ver não prá amanhã, nem prá depois de amanhã é prá daqui 100 anos, 100 anos vai justificar o quê?

Um rua na avenida sem, sem continuação. Eu morei em São Paulo de 94 à 98, eu sei o que é o trânsito, tá entendendo? Feliz foi aquele arquiteto que projetou a avenida Brasil com quase 100 metros quadrados, quase 100 metros de largura. Imagine, se ele tivesse deixado 20 metros, como a grande maioria das cidades, são. Esta avenida Brasil nossa, alguém projetou com uma inteligência muito grande, pelo que eu li uma vez, foi copiada de Curitiba, entendeu? Veja, como é que ela faz para passar os ônibus no meio e na Barão do Rio Branco que foi feito muito tempo depois, não dá prá passar o ônibus no meio. Então, nós estamos regredindo ao invés de progredir. Então, minha gente, eu quero que vocês olhem este meu projeto. Esqueçam a conversinha do Gugu, aquela conversinha calma, aquela que dá sono, mas aqui nós não podemos dormir não. Não, nós temos que abrir o olho. Eu não posso falar muito, né, porque senão sabe o quê, a minhas orelhas abanam muito, e nós como estamos no mês de Natal, né, vou me lembrar das vaquinhas de presépio, daí não vai dar certo. E vou dizer assim, vou hoje ficar com os 3 reis magos, né, o Gaspar, o Baltasar e o outro Belchior, entendeu? Vamos ver, vamos clarear as mentes da base, com os 3 magos para quê? Prá que vão visitar o que é certo, prá que vão pensar não pra eles, pros netos, mas para aqueles que virão, e nós estaremos no Guarujá ou no Central. Então, eu sempre digo o seguinte: não tem cabimento de a base, que tem a oportunidade de votar alguma coisa que preste, não que as outras não prestam, mas isto aí é o quê? É a mobilidade urbana, é a mobilidade que o quê? Que daqui há muito tempo teremos metrô, teremos ônibus de superfície, enfim... e nós vamos ter um muro, igual o que tem lá na Voluntário da Pátria que se o Fernando Winter, perder o freio ali na descida perto da praça vai bater no muro, porque alguém quis ganhar uns troquinhos a mais. Só que este alguém que me trouxe, que o quê? Que me trouxe a chácara e da chácara virou um condomínio, que o quê? Que fechou todas as ruas daquela parte do Country. Então, eu peço quê? Votem não conforme o Gugu quer, o Gugu tem os votinhos dele, é um só, mas vocês não vão poder votar contra o desenvolvimento de Cascavel. Eu vejo lá, Fernandinho, tu lá do meu bairro, lá nós vamos caminhar juntos, vou te mostrar e eu quero falar pro povo: quem foi que votou contra o desenvolvimento de Cascavel. Então, eu peço voto a favor desta fiscalização, que não leva nada, aqueles que fizeram as coisas direitas que sejam louváveis, aqueles não, que paguem! É só isto, e eu peço voto a favor do meu requerimento, obrigado! – Vereador Jorge Menegatti: peço a palavra, senhor presidente. – Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Menegatti. Tem o requerimento 374, dez minutos para as suas considerações, vereador. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado, senhor presidente. Primeiro eu quero cumprimentar o meu companheiro de partido, Senhor Quevedo, fazia dias que não o via. Bom vê-lo de novo nesta Casa, Quevedo. É o homem do baixo clero do PSC. O requerimento 374, senhor presidente, ele requer informações acerca dos MUPIS instalado em nosso município. Aquelas placas de propaganda que tem, que tem hora certa, que tem a temperatura, que é muito bonito por sinal, mas pelo que nós vimos aqui, Paulo Porto, Irineu Zotti, teremos voto contrário. Eu quero relembrar que na semana passada, nós aprovamos aqui o requerimento para a vinda do secretário nesta Casa para explicar sobre a internet gratuita, trabalho feito por mim e pela minha assessoria, que é um trabalho que está escrito no regimento desta Casa e que é pra nós executarmos; que é fiscalizar. E quando eu vejo, Paulo Porto, os nossos requerimentos não são aprovados. Eu vou voltar naquilo que falei há pouco tempo atrás, o que nós estamos fazendo aqui, Paulo Porto? Prá que assessoria, se eles não podem trabalhar? Como é que eu vou dar trabalho para a minha assessoria se eu

não posso fiscalizar. Daqui a pouco vem o Ministério Público, Irineu Zotti, solicitando informações do que a minha assessoria fez. Como é que eu vou dizer? Fazer indicação? Acabaram de limitar as indicações. E aí como é que faz? De repente vamos diminuir o número de assessores, alguma coisa, pois se não temos o que fazer. Se não deixam a gente trabalhar. Tenho admiração pela minha equipe, que principalmente neste trabalho da Cascavel Digital, fizeram um trabalho excelente: Maria Claudia, o Denis, a Maiara e o Alcineu e mais alguns colaboradores desta Casa que foram fundamentais para aquela fiscalização. O relatório está lá em cima da mesa, está lá guardadinho, e na mão do presidente, também. Quando a gente quer continuar o nosso trabalho aqui de fiscalização, os nossos requerimentos não passam. Nós vamos tentar fazer de outra maneira, mas sem as informações necessárias fica complicado! Então, Paulo Porto, nós ficamos amarrados, o final do ano está aí, nós vamos dar uma saidinha de férias, descansar e quem sabe a hora que a gente retorne pra esta Casa os ares estarão mudados e nós vamos poder fazer o nosso trabalho verdadeiro, que é o de fiscalizar e legislar. Cada um aqui tem um voto, são 20 votos, mais o voto do presidente. O meu vale só por 1, muitas vezes voto diferente do Bocasanta, do Paulo Porto, João Paulo, do Ganso, de alguns, do Cabral e muitas vezes voto da mesma maneira. Mas, os requerimentos nenhum voto neste ano foi contrário, todos os meus votos foram favoráveis a requerimento, porque requerimento é para fiscalizar e, nós somos pagos pela população para fiscalizar. A partir do momento que a pessoa vai lá naquela urninha eletrônica e aperta o número da gente ela confia no nosso trabalho. É o voto de confiança, quando nós pedimos lá. Nós precisamos fazer o nosso trabalho. Quando recebemos um não, vamos falar para nossa assessoria, fica aí na frente tomando um cafezinho porque não tem o que fazer. Não podemos fazer indicação, não podemos fazer requerimento, vamos fazer o quê? Então senhores, eu gostaria aqui de contar com a colaboração. (me concede um aparte) de mais alguns companheiros para que pudesse votar comigo. Pois não, João Paulo. – Vereador João Paulo: Eu votarei com o senhor, só que também pediria também, o respeito do senhor aos assessores que estão aqui. Porque eu tenho certeza que do meu gabinete, dos outros vereadores, todos trabalham, então na verdade não ficam tomando cafezinho. E olha que nós temos andado do centro da cidade aos bairros e distritos de Cascavel eu acho que é bom à gente também, ser solidário a todos os assessores que aqui nos assistindo. Obrigado pelo aparte. (aplausos). – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado, senhor presidente. Foi o que eu falei, que se não deixar trabalho para os nossos assessores eu não falei que eles ficam tomando cafezinho, mas que eles ficarão tomando cafezinho. Então, nós temos que ter trabalho, é pra isto que nós recebemos. O senhor deve ter entendido errado a minha colocação, mas eu não falei que todo mundo fica sem fazer nada, eu falei que nós ficaremos sem trabalho se não deixarem passar os nossos requerimentos. E reitero o que eu falei. Sei que o senhor pode ter entendido errado, mas se eu o ofendi peço perdão ao senhor aqui de público. Não foi nenhuma intenção ferir companheiro desta Casa. Somente explicar que nós precisamos das aprovações e dos requerimentos para que possamos trabalhar. Então, eu mais uma vez peço aos senhores aí, o voto favorável a estes requerimentos, como aos outros requerimentos dos companheiros daqui, porque em nenhum momento eu votei contra os requerimentos. E vou novamente falar: se nós não tivermos o que fazer, vamos tomar cafezinho. É isto que vamos fazer. Pelo menos a minha assessoria, não vai ter o que fazer se não aprovarmos aqui, não exatamente este requerimento aqui, claro que tem o que fazer. Nós vamos achar. Mas, dificulta o nosso

trabalho. Obrigado, senhor presidente. (peço a palavra, senhor presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência, é lamentável que nós tenhamos que entrar num debate, antes da votação já haver um conluio contra os requerimentos de determinados vereadores. Isto é vergonhoso! E até quero dizer que a palavra conluio, eu tomei conhecimento desta palavra quando fazia um curso de Sargento de Polícia, né? Então, me parece até que são coisas de polícia mesmo. Porque é vergonhoso se ver vereadores querendo trabalhar e não poder trabalhar, porque não deixam estes vereadores que tem vontade de trabalhar, de trabalhar. Há poucos dias, a imprensa ainda fazia enquetes nos gabinetes e perguntava por que os políticos eram aqueles mais rejeitados pela sociedade, os mais criticados? E porque esta maior rejeição? Porque falta competência até no debate nesta Casa, se não tem competência para o debate, que então se procura votar em bloco; porque não tem argumento, não tem preparo para exercer um cargo público. Isto é vergonhoso! Dizia minha mãe: me diga com quem tu andas e te direi quem és, né? E isto é vergonhoso! Não é possível a gente fazer deste jeito. Tem que ter respeito às pessoas, votem contra, vota! se cada um votar da forma que deseja votar. Meus parabéns ao Paulo Porto, por não aceitar entrar neste conluio. Porque isto não é caminho que se deve seguir. Nós temos que seguir um caminho, nós temos que sermos livres. Livre. Ontem ainda, eu falei sobre isto neste plenário, nós temos que ser livres, e desta forma que nós estamos seguindo, não é possível. Nós não podemos ser comandados assim, da forma como querem comandar para as pessoas, então que venham prá cá, pro nosso lado, porque aqui tu vais ter tudo aprovado, né? Ora, vergonhoso isto aí! Vergonhoso! Não pode ser desta forma, quem é cidadão, que é homem distinto que é homem honrado, precisa ter posição pessoal. Tem que ter posição pessoal e se colocar de uma maneira independente. Eu não tenho medo de falar e de dizer a verdade aqui nesta tribuna. Eu acho que aqui nós temos que dizer a verdade. Aqui nós temos que lavar a roupa suja diante da população! Não vamos ser lá escondidinho ou lá no gabinete do secretário que nós vamos lavar a roupa suja. Nós temos que lavar aqui! Presente a população para que a população conheça cada um de nós, o que quê faz nesta Casa. Nós não podemos nos esconder atrás de nada. Nós temos que ser competentes! Nós temos que aprovar os requerimentos, não tem nada aqui que seja absurdo em cima destes requerimentos. Eu gostaria que toda a imprensa procurasse a tomar conhecimento e colocasse a avaliação da opinião pública se tem alguma vergonha ou não neste sentido. É lamentável! Mas, eu não me contenho, eu sou obrigado a ser transparente, cidadão do jeito que eu sou, honrado do jeito que eu sou, e assim eu gosto sempre que as outras pessoas também, sejam honradas, porque isto é a mínima coisa que um cidadão precisa ser na vida é honrado. Por isto é que eu quero pedir voto favorável. Eu hoje, falando num projeto anteriormente eu disse que iria votar favorável. Depois eu mudei o meu voto, resolvi a votar contrário e votei contrário, né? Que foi o ofício pedindo a rapidez no projeto; portanto, qualquer vereador pode mudar em tempo a sua posição, mas, mostra que é independente, mostra que não esta sob o freio de alguém, sobre o buçal de alguém, eu acho que é assim que nós temos que ser. Obrigado! (peço a palavra presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Presidente, naquele momento eu já iniciava a minha fala, quando fui interrompido por vossa excelência, e apenas encaminhei voto contrário a estes requerimentos destacados por este vereador. Mas, de lá prá cá já tivemos tantos discursos na tribuna: vereador Paulo Porto, vereador Bocasanta, vereador Jorge

Menegatti, e por fim o mais espetaculoso de todos os paladinos da justiça e da moral, o vereador Rui Capelão, destemido, diga-se de passagem, honrado, diga-se de passagem, mas vamos lá vereadores. Eu dizia naquele momento, antes de ser interrompido pelo senhor presidente, de que é importante que restabeleçamos uma verdade que muitas vezes é deixada de lado nesta Casa. Estava aqui analisando, estamos aqui votando o requerimento 385, 385, vereador Paulo Porto. E, eu tenho certeza que cabem na palma da mão o número de requerimentos que foram rejeitados por esta Casa. Num determinado momento, de alguma destas falas, tive eu a impressão que nós não tínhamos aprovado nenhum requerimento durante o ano inteiro; que não investigamos nada. E olha quem está falando que não investigamos nada. Eu acho que todos sabem do nosso trabalho que temos feito. Que nada é feito nesta Câmara de Vereadores; que estamos sufocando os lutadores, os paladinos da Justiça, a esperança do povo, tive esta impressão, por alguns minutos. Mas, quando comecei a recobrar a consciência após a confusão do vereador Paulo Porto, eu comecei a me lembrar do que temos feito nesta Casa. Foram aprovados centenas de requerimentos, centenas de requerimentos e o próprio vereador Paulo Porto, ontem dizia daquela cadeira que está sentado que esta é uma casa política, de discussão política e o requerimento partindo deste pressuposto é um instrumento político que alguns vereadores desta Casa, tem uma habilidade fora do comum, uma habilidade especial de usar deste instrumento para fazer política. Por que senão vejamos o que, que muitas vezes ocorre, o vereador propõe um requerimento. O vereador x propõe um requerimento, vem na tribuna, faz acusações, levanta questões, brada com força a questão; levanta suspeitas, nós aprovamos o requerimento. O requerimento vai para o setor responsável pela Prefeitura aí vem à resposta do requerimento e eu pergunto a todos os que nos escutam neste momento e assistem esta sessão: -quando vem a resposta e o vereador chega para ele e ele percebe que tudo aquilo que ele falou na tribuna, não passava de uma grande besteira, que nada daquilo que ele imaginava como verdade e que ele vai ser obrigado a vir na tribuna e pedir desculpa e falar que não; que está tudo certo; o que é que o vereador faz?- Ele não faz nada. Se o vereador (vereador, eu ouvi atentamente a tua fala nos 10 minutos, senão eu acho que não vai dar tempo pra mim concluir, peço perdão vereador). O vereador não traz a sociedade o resultado do requerimento, porque o requerimento é a resposta direto para o vereador. Aí fica o quê? Fica o resultado político, fica o barulho que foi feito, a verdade não vem à tona. Então, partindo do pressuposto que algum dos vereadores sabem usar muito bem este instrumento político que é o requerimento, e que muitas vezes não tem um resultado concreto; tem um resultado apenas político, nós temos o direito de votar politicamente contra estes requerimentos. Além do mais, ontem nesta Casa, muito se foi dito do rolo compressor, da base, quando já falava naquele momento quando o presidente me interrompeu. Provamos quase tudo. Quando se tem uma discussão já se apela pros 12, se apela pras base, se apela pro rolo compressor e eu dizia ontem, pro vereador Bocasanta, preocupado que sou com o seu coração, vereador Boca, espere um pouco. Vamos ver o resultado. Dito e feito, o vereador se estressou sem motivo, o parecer foi derrubado; o projeto foi aprovado. E quem assistiu a sessão, só naqueles 30 minutos deu a impressão que já sabia o que ia ocorrer; quem que eram os bonzinhos e quem é que são os maus. Mas, não, mais uma vez deixando de lado esta questão de base, situação e oposição. A situação votou com a oposição, como muitas vezes ocorreu nesta Casa, mas eles quiseram mais uma vez nos taxar de rolo compressor, de base, de sustentação. Um

desrespeito aos critérios utilizados pelos vereadores a dar o seu voto. Então, eu uso da palavra neste momento, presidente, reiterando o meu pedido de voto contrário a esses requerimentos e deixa, (deixa presidente, 1 minuto) deixando aqui este pedido de reflexão a todos nós, que tenhamos mais respeito para com os vereadores. Todos nós, estamos aqui eleitos legitimamente pelo povo. Acho legítimo, cada um ter uma posição, defender aquilo que acha certo; assim é a democracia. O que não podemos nós é colocar em dúvida a credibilidade, a honra e o trabalho de cada um dos vereadores. Obrigado, senhor presidente. (peço a palavra, senhor presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Paulo Bebber. – Vereador Paulo Bebber: Serei breve, e mais uma vez eu tenho que ouvir da pessoa do vereador Rui Capelão, algumas coisas que eu não aceito. Eu vejo uma indignação dele, por algum motivo, logicamente, uma indignação porque perdem algumas votações nesta Casa. Nós votamos os requerimentos e cada um vota por si só. Ontem, nós tivemos o maior exemplo que foi essa votação do projeto do meu amigo, Jorge Bocasanta, teve uma liberdade aqui, e ele antes de votar, ele já estava falando mal de vereador. E hoje, ele fala que foi feito uma pesquisa nesta Casa, e queriam saber, andaram nos corredores e as pessoas não sabiam porque o político não tem aceitação. Político tem aceitação, uns mais outros menos, uns chegam a esta Casa com 700 votos, como é o caso de vossa senhoria, e a melhor coisa que existe, senhor presidente, é você ouvir os outros falarem bem de você. É o que não acontece com o Capelão. Ele chega aqui nesta Casa e diz que ele é uma pessoa honrada, quem conhece bem ele, é o colega dele, é o amigo dele, Nino Pastore, ele fez até compromisso com Lino Pastore em cartório e não cumpriu. E ele vem falar aqui que é honrado? Ele vem mentir para vocês que é honrado nesta Casa de Leis. E, vocês todos conhecem a resposta deles, pior do que isto, ele vem falar em buçal. Querer colocar buçal, buçal é o que se coloca em animal.(senhor presidente, questão de ordem, por favor). É um equipamento para colocar em boca de animal, então, senhor presidente, ele realmente não respeita os nobres colegas. É um absurdo o que acontece com este cidadão, chamado Rui Capelão. Não é possível ele nos colocar como animal nesta Casa. Obrigado pela palavra. – Presidente: Podemos deliberar? (votação nominal). Senhores vamos votar, então. Tenho certeza que o vereador Jorge Bocasanta, pelo menos convenceu alguns dos vereadores, né. Então vamos votar da seguinte maneira: os vereadores que forem favoráveis a todos os requerimentos por gentileza digam: favorável a todos e os que forem contrários a todos: - contrários a todos; os que forem favoráveis a todos, com exceção de um ou outro, digam favorável a todos, com exceção de tal que eu sou favorável, e vice-versa; pode ser assim? Aí fica bem claro o voto de cada um em relação a todos os requerimentos. Então os requerimentos 373, este que é de autoria do vereador Paulo Porto Borges que requer informações referentes ao cumprimento da Lei Municipal nº 5.893/2011, que obriga o município a dispor de uma guarda municipal em cada unidade escolar do município. O 374, se vocês quiserem anotar aí, caso os votos sejam diferentes a alguns deles, é do vereador Jorge Menegatti pelo PSC, que requer informações sobre a instalação de MUPIS do município de Cascavel. O 376 é do vereador Paulo Porto do PCdoB, para convocação do Secretário Executivo do Planejamento e Urbanismo do município de Cascavel, Senhor Alessandro Honore Beraldi Lopes para prestar esclarecimentos sobre o Anteprojeto nº 217/2013. O requerimento 377, também é do vereador Paulo Porto do PCdoB que requer cópia de todos os aditivos contratuais vigentes firmados pelo Município com a empresa Engelétrica Ambiental, ao contrato de prestação de serviços de limpeza pública. O

requerimento 383 é do vereador, e é da Comissão de Educação, Cultura e Desporto composta pelos vereadores: Paulo Porto, presidente, Rui Capelão, secretário e Walmir Severgnini, membro, que requer cópia do organograma de recuperação das estradas rurais para o ano de 2014 da Secretaria Municipal de Obras Públicas e o requerimento 383 é do vereador Jorge Bocasanta, do PT que requer que seja enviada a esta Casa de Leis informações sobre os loteamentos denominados condomínios horizontais, na cidade de Cascavel, na forma que especifica. Os vereadores que forem favoráveis a todos (votação nominal, por gentileza, senhor presidente), digam favoráveis a todos ou favorável individualmente; se for o caso. Por votação nominal, por gentileza, proceda senhor secretário: Vereador Cabral: contrário a todos, menos o requerimento 383 do doutor Jorge Bocasanta que ele reclama que eu nunca voto a favor dele; então hoje eu estou votando prá ele. (obrigado, Cabralzinho). Vereador Cláudio Gaiteiro; contrário a todos. (revanche). Fernando Winter: é contrário, com exceção do requerimento 383 do doutor Jorge Bocasanta, que é meu vizinho. Ontem aprovei também, o seu projeto, espero que não esqueça disto amigo vizinho, porque você na sua fala você citou, eu contei, 8 vezes o meu nome. Então eu estou votando favorável ao seu requerimento. (obrigado). Vereador Gugu Bueno: contra. Jaime Vasatta: contra. Ganso Sem Limites: sou contra todos os requerimentos, menos o do Bocasanta, sou a favor do Bocasanta. João Paulo: favorável a todos. Jorge Bocasanta: favorável. Jorge Menegatti: favorável a todos. Robertinho Magalhães: contra. Luiz Frare: contra todos. Nei Haveroth: contra todos. Paulo Bebber: contra. Paulo Porto: favorável. Marcos Rios: contra, menos o do doutor Jorge, também. Pedro Martendal. Romulo Quintino: contra com exceção do requerimento 383. Rui Capelão: favorável a todos. Irineu Zotti: favorável a todos. Walmir Severgnini: favorável a todos. – Presidente: Senhores, então aqui dispensando a manifestação do senhor secretário, ficou o seguinte: os requerimentos 373, 374, 376, 377e 381 foram todos rejeitados, com 12 votos contrários e 07 favoráveis. O requerimento 383 do vereador Jorge Bocasanta foi aprovado com 12 votos favoráveis e 07 contrários. Okay? – Vereador Gugu Bueno: Sempre o 12, senhor presidente. – Presidente: O doze está presente. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Gugu Bueno. O vereador Gugu Bueno mencionou que o Sr. Ricardo Gomide, diretor do Ministério do Esporte informou que Cascavel foi contemplada com o Centro de Iniciação Esportiva, obra de 1.620 metros quadrados, que deverá se constituir em marco no esporte de base deste município. Esclareceu que o Centro será construído ao lado da Asservel e se notabilizará pela excelência, atendendo mais de 1.500 crianças. Patenteou os seus agradecimentos aos Senhores Ricardo Gomide e Álvaro Rebello; destacando que graças ao seu empenho pessoal trouxe para Cascavel mais de 12 milhões de reais. Na sequência, frisou o papel da CGN e do Jornal Gazeta do Paraná e a relevância de suas matérias jornalísticas, dando azo inclusive, a instauração da CPI da Saúde em Cascavel. Explicou que Cascavel quando se trata de leito do SUS, encontra-se num caos absoluto. Informou que a CPI da Saúde, visitou a UPA I, na esperança de que algo houvesse mudado. Pontuou que encontrou 45 pessoas internadas; sendo que destas 30 não eram para estar ali; acrescentando que 15 inclusive, aguardavam por um leito hospitalar havia vários dias. Destacou a falha de comunicação entre a 10ª Regional de Saúde e a Central de Leitos, expressando o seu inconformismo; ao tempo em que mencionou o envio de requerimento ao Secretário de Saúde do Paraná, com apoio de 21 vereadores e adesão de várias entidades, pleiteando ajuda urgente para o setor da

saúde. Na condição de próximo inscrito, o vereador João Paulo lembrou que haveria a entrega de título de cidadão honorário no próximo dia 12, para as seguintes personalidades: Antonio Mazurek, Olga Bongiovani e Eduardo Sciarra. Comentou sobre o descaso na saúde de Cascavel, assim como, a superlotação das UPA's, e o sofrimento do quadro funcional deste segmento. Mencionou a irresignação com dois problemas pontuais: a precariedade da saúde e a questão indígena. Ato contínuo, solicitou a exibição de vídeo sobre a problemática indígena, denunciando a existência de crianças que estão no desamparo, questionando as atribuições dos mecanismos competentes. Em uso da palavra, o vereador Paulo Porto rebateu a assertiva de utilização dos requerimentos como ato político. Pontuou que a fiscalização não é política ou politiqueria, mas sim ato fim da atividade do vereador. Contestou a negativa de três requerimentos da sua autoria, que foram recusados sem argumentação clara e técnica, capaz de justificá-la. Em aparte, o vereador Rui Capelão, ressaltou que não via sentido em divulgar a resposta dos requerimentos quando não constatava nenhuma incongruência, já que isto por si só, integraria a função fiscalizadora do vereador. Em aparte, o vereador Gugu Bueno destacou que não vislumbrava problema na investigação de nada e de ninguém, tanto mais que as respostas aos requerimentos seriam efetuadas. Na sequência os vereadores: Rui Capelão e Luiz Frare abriram mão do uso da palavra, enquanto que o vereador Fernando Winter, protestou por questão de ordem, alertando para o fato de alguns vereadores se ausentarem durante a sessão. Pontuou que o Regimento Interno da Casa é para ser observado por todos; ao que o Presidente corroborou, sugerindo elaboração de resolução obrigando a permanência na sessão até o último minuto; tanto mais que atualmente, obriga apenas a votar, estando presente a sessão. Em uso da palavra, o vereador Márcio Pacheco, na condição de próximo inscrito para pronunciamento de interesse público, lastimou a ausência de grande parte dos vereadores. Parabenizou as medidas consensuais adotadas no início do ano e que aliadas a outras, possibilitou não reivindicar verba suplementar, mesmo em face de 21 vereadores a despeito da previsão para apenas 15. Destacou os vários investimentos que seriam realizados, graças à economia e boa gestão. Protestou contra a indicação formulada por apenas alguns vereadores, na ordem de 1 milhão e meio, propondo que as sobras do duodécimo da Câmara Municipal fosse revertidas para a Construção de Centro de Convivência para todas as idades; frisando que tal iniciativa deveria cuidar de abranger todos os demais vereadores. Considerando a ausência dos vereadores: Romulo Quintino e Paulo Beber no momento aprazado para os respectivos pronunciamentos; o presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e trinta e sete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário

